

**Estimulação precoce na educação infantil: um estudo psicométrico****Early stimulation in early childhood education: a psychometric study**

Recebimento dos originais: 20/02/2019

Aceitação para publicação: 18/03/2019

**Carolina Cardoso**

Docente da Rede Particular de Catalão – Goiás, Licenciada em Matemática  
Instituição: Universidade Federal de Goiás -Regional Catalão; Pedagoga pela Faculdade  
Albert Einstein; Especialista em Educação Infantil pela Universidade Federal de Goiás -  
Regional Catalão e Especialista em Atendimento Educacional Especializado na Perspectiva  
da Educação Inclusiva pela UFG- Regional Catalão e atualmente Mestranda em Educação  
pela mesma Universidade.  
E-mail: karolcardoso.r@gmail.com

**Leandra Fernandes Procópio**

Docente do Departamento de Investigação e Psicologia da Educação  
Instituição: Universidade Complutense de Madrid –(UAM), Pedagoga (PUC Goiás), Mestre  
em Psicologia Escolar pela Universidade de Coimbra/Portugal, Doutorado em Educação pela  
Universidade de Aveiro/Portugal e Pós-doutora pela Universidade Autónoma de  
Madrid/Espanha.  
E-mail: levazfer@ucm.com

**Marcos Procópio**

Licenciado em Física (PUC Goiás), Mestre em Educação, Ciências e Matemática  
Instituição: Universidade Federal de Goiás, Doutor e Pós-Doutor em Educação pela  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás.  
E-mail: quanticis@gmail.com

**RESUMO**

Reconhecendo a importância da estimulação precoce na educação infantil e tendo como marco legal as Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce publicado pelo MEC em 1995, foi desenvolvido um estudo bibliométrico de cunho quantitativo e qualitativo no periódico científico digital brasileiro da Scielo, em busca de artigos que apresentassem dados de intervenções realizadas em contexto da Educação Infantil junto a crianças que necessitam de estimulação precoce. A fim de verificar o desenvolvimento de pesquisas e ações decorridas entre o período de 1995 a 2016 foram utilizadas como palavras geradoras os termos: “estimulação essencial”, onde encontrou-se 1 artigo; “estimulação precoce” 6 artigos e “intervenção precoce” 29. Após a leitura ampla foram selecionados 13 artigos que atendiam aos critérios previamente estabelecidos de abordagem da estimulação precoce como um programa voltado a crianças que apresentam algum tipo de comprometimento que a leve a ser público alvo da Educação Especial. Da leitura crítica e aprofundada destes artigos foi possível observar um intervalo de oito anos entre a primeira publicação e as Diretrizes do MEC, além de que 11 dos trabalhos trazem a estimulação precoce numa perspectiva médica em detrimento da escolar e apenas 2 trazem orientações para que os estudos realizados sejam estendidos às escolas. Na análise qualitativa dos trabalhos emergiram a importância de ações e práticas de estimulação vivenciadas pela família tais como o toque e os cuidados básicos e afetivos, reconhecendo a importância do acesso e

permanência da criança no ambiente escolar e do papel do professor como estimulador precoce o qual deve receber formação inicial e continuada para atender de forma adequada as crianças compreendendo seu importante papel na equipe multidisciplinar de intervenção para a estimulação precoce podendo assim implementar as diretrizes propostas pelo MEC.

**Palavras-chave:** Estimulação precoce. Educação infantil. Estudo Psicométrico.

## **ABSTRACT**

Recognizing the importance of early stimulation in early childhood education and with the legal framework of the Educational Guidelines on Early Stimulation published by MEC in 1995, it developed a bibliometric study of quantitative and qualitative nature in the Brazilian digital journal Scielo, looking for articles to submit data interventions in the context of early childhood education by the children who need early intervention. In order to check the development of research and actions elapsed between the period 1995-2016 were used as generating words the terms "essential stimulation," where he met 1 item; "Early stimulation" 6 articles and "early intervention" 29. After wide reading were selected 13 articles that met the previously established criteria of early stimulation approach as a program geared to children with some kind of commitment that the light to be public target Special Education. Critical and in-depth reading of these articles was possible to observe an interval of eight years between the first publication and the Guidelines of the MEC, and that 11 of the works bring early stimulation in a medical perspective over the school and only 2 bring guidance to the studies are estentidos schools. Qualitative analysis of the work emerged the importance of actions and stimulation practices experienced by the family such as touch and the basic and effective care, recognizing the importance of access and children stay at school and the teacher's role as early stimulator which shall receive initial and ongoing training to meet adequately the children understand their important role in the multidisciplinary team intervention for early stimulation can thus implement the guidelines proposed by the MEC.

**Keywords:** Early stimulation. Child education. Psicometric Study.

## **1 INTRODUÇÃO**

Por muito tempo, as crianças pequenas e/ou as que apresentavam características diferentes das consideradas normais vivenciaram situações de preconceito e exclusão e, como consequência, foram impedidas de usufruírem da educação formal. Somente, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e aprovações de leis nacionais dela decorrentes, tem-se a educação infantil e a educação especial como direito e como partes integrantes do sistema de educação nacional. Desse modo, a educação infantil passa a ser a primeira etapa da educação básica, e a educação especial considerada modalidade de educação escolar, um atendimento educacional especializado gratuito, que ocorre, preferencialmente na rede regular de ensino. De forma que uma educação de qualidade somente se efetivará em sistemas educacionais inclusivos que assegurem as condições necessárias para o atendimento de suas especificidades. (BRASIL, 2015).

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, a educação infantil é dividida em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos). A LDB ainda preconiza que as crianças público-alvo da educação especial sejam atendidas em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração em classes comuns. Para as crianças da educação infantil e da educação especial, na faixa etária de zero a três anos de idade, tem-se o programa de estimulação precoce. Assim, as prematuras, com alto risco ou deficientes podem ser inseridas no programa para que, através de estímulos possam desenvolver suas potencialidades e atenuar suas deficiências. (BONAMIGO *apud* ULSENHEIMER e GRAVE, 2009). Dessa forma, o planejamento curricular deverá ser voltado para as interações, relações e práticas que constituirão os ambientes em que o brincar, imaginar, aprender, observar, experimentar, questionar estabelecerão sentidos sobre a natureza e sociedade. (BRASIL, 2015).

Para auxiliar os profissionais da estimulação precoce (professor/estimulador precoce) e para garantir a participação das crianças com deficiência, o Ministério da Educação – MEC, desenvolveu as Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce, que têm por objetivo orientar sobre os recursos, os locais e as formas de atendimento às crianças que fazem parte do programa de estimulação precoce, e que pode ser estendido para toda a educação infantil.

É necessário que as instituições educacionais organizem seus espaços, brincadeiras, trocas sociais e de comunicação, recursos pedagógicos, tempo etc., para facilitar o acesso, a permanência e o pleno desenvolvimento de todos os educandos. Assim, o estimulador precoce deverá ser qualificado e preparado para receber seus alunos, e dessa forma efetivar uma prática educativa, capaz de produzir sentido para as crianças.

Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos, brinquedos e brincadeiras, devem ser voltados para o desenvolvimento das crianças fazendo assim parte das práticas do estimulador precoce que se constituirá como a primeira ação educativa destinada ao atendimento das crianças público-alvo da educação especial, isso por possibilitar a investigação, a aprendizagem sobre as pessoas e o mundo e a busca da sua autonomia (BRASIL, 2015).

Reconhecendo todo o esforço feito em elaborar e publicar Diretrizes Educacionais que ampare a intervenção precoce junto às crianças, nos inquietamos na busca de artigos que apresentavam intervenções realizadas no âmbito da estimulação precoce em contexto

educacional. Para tal, recorreremos a uma pesquisa de cunho bibliométrico que possibilita mapear as publicações ocorridas em um determinado acervo. Para este estudo foi escolhido o portal da Scielo, no qual foram utilizadas palavras chave e como limite temporal o ano de 1995, ano da publicação das Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce. Pretende-se assim analisar que tipo de intervenções e pesquisas sobre a estimulação precoce foram sendo realizadas após a publicação das Diretrizes.

Para compreender as análises dos dados iremos no referencial teórico discorrer sobre as orientações gerais do referido programa.

## **2 ESTIMULAÇÃO PRECOCE: DEFINIÇÕES E DIRETRIZES DO PROGRAMA NO BRASIL.**

O primeiro indício deste tipo de programa foi nos Estados Unidos, em 1960, quando se pretendia sanar ou compensar fatores de riscos nas crianças que vinham de famílias de baixa renda ou que apresentavam problemas de saúde física ou mental, isso com o interesse de potencializar os aspectos cognitivos e sociais das crianças.

Já no Brasil os programas de estimulação precoce aparecem em meados de 1980, para atender as crianças com deficiências intelectuais e somente depois foram sendo ampliados os atendimentos a outras deficiências. Neste sentido, a estimulação precoce se torna a primeira ação educativa para atender as crianças com necessidades especiais, além de ser essencial para objetivar o desenvolvimento de suas potencialidades, sobretudo, porque quanto mais cedo for feito o atendimento das crianças e suas famílias, maiores são as possibilidades de que se ampliem suas capacidades motoras, sociais e cognitivas.

Em 1995 o MEC divulgou oficialmente as Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce, e alguns profissionais mostraram-se interessados em chamar o programa de estimulação precoce de programa de estimulação essencial, entretanto o termo, além de não ser consagrado, não denota o real significado do programa, que é caracterizado, como um:

Conjunto dinâmico de atividades e de recursos humanos e ambientais incentivadores que são destinados a proporcionar à criança, nos seus primeiros anos de vida, experiências significativas para alcançar pleno desenvolvimento em seu processo evolutivo (BRASIL 1995, p. 11).

Entretanto, é necessário observar-se as potencialidades e o grau de limitação das crianças atendidas para se estabelecer os currículos e se planejar atividades que contemplem as suas habilidades. O público-alvo de um programa de estimulação precoce é muito variado,

abrangendo: crianças que nasceram prematuramente, deficiências diversas, e crianças com altas habilidades/superdotação, além de poder atender também as sem deficiências, assim, a promoção de situações pedagógicas em que sejam inseridas todas as crianças deve ser orientada.

Segundo as Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce, “o emprego de programas de estimulação precoce pode prevenir ou atenuar os possíveis atrasos ou defasagens no processo evolutivo infantil” (BRASIL 1995, p. 7). Portanto, se ele for bem empregado o próprio sistema educacional será beneficiado porque serão menores as necessidades educacionais para atender crianças maiores

Além disso, o MEC ainda orienta a organização do atendimento as crianças com deficiência na educação infantil, quando preconiza que as técnicas devem ser direcionadas pelas interações e brincadeiras, que proporcionam experiências que suscitam o relacionamento e a interação entre crianças. (BRASIL, 2015).

Neste sentido, para que uma criança seja inserida nos programas de estimulação precoce é necessário um diagnóstico médico, que pode começar ainda na gravidez ou nas primeiras avaliações logo depois do nascimento porque enquanto bebês algumas deficiências não são perceptíveis para os pais. Além disso, nas avaliações médicas é necessária a observação de fatores de risco e do ambiente em que a criança viverá porque isso também pode gerar ou retroceder o desenvolvimento da criança (BRASIL, 1995).

Além da avaliação e exames médicos, deve-se incluir no programa de estimulação precoce roteiros de anamnese, exames psicoeducacionais, visitas domiciliares, escalas, tanto gerais como específicas, para medir o processo evolutivo da criança e verificar quais são os resultados obtidos com a aplicação das atividades em um plano individual de intervenção. Também é importante designar uma pessoa da equipe que trabalha no programa para acompanhar o desenvolvimento da criança durante as atividades de intervenção.

Depois da avaliação da criança, iniciam-se as intervenções, que são realizadas através de um plano individual que levam em consideração o currículo específico da criança e, que são atendimentos oferecidos a criança, para que ela avance em seu desenvolvimento. Estabelecer metas e ter disponibilidade de profissionais capacitados é fundamental para assegurar a eficácia do programa. As intervenções devem ser pautadas na observação da criança, que possui direitos e deveres, no reconhecimento dela como alguém “educável” e na participação da família nos processos educacionais.

Em relação ao tempo destinado ao atendimento, para a estimulação precoce, segundo as Diretrizes do MEC, para crianças menores de dois anos, devem ser realizadas duas sessões semanais, variando entre vinte e trinta minutos cada, quando forem individuais, ou de uma hora à uma hora e quarenta minutos quando for em grupo. À medida que crescem, os atendimentos podem ir aumentando, chegando até a quatro horas diárias.

Recomenda-se que os profissionais envolvidos intercalem atividades relacionadas ao currículo específico da excepcionalidade da criança com as áreas do desenvolvimento global do ser humano. Os grupos devem ser de no máximo três crianças e os locais para o desenvolvimento das atividades devem possuir mobiliários e materiais adequados. É importante que os pais sejam orientados para que eles possam dar continuidade ao trabalho em casa (BRASIL, 1995).

Outro aspecto importante que também é discutido pelas Diretrizes diz respeito ao currículo, que é chamado de “currículo de intervenção precoce” ou de “primeira infância”. Contudo o documento utiliza a primeira nomenclatura. Ele é dividido por áreas de desenvolvimento global infantil: física, motora, cognitiva, sensório-perceptiva, socioafetiva, de linguagem. A partir dele prevê-se a implementação do plano individual de intervenção, que deve conter: objetivos gerais e específicos, conteúdo de atividades, experiências significativas, estratégias de intervenção e ambientes de estimulação e avaliação curricular. (BRASIL, 1995).

### **3 ESTIMULAÇÃO PRECOCE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FINALIDADE E ORIENTAÇÕES AOS EDUCADORES.**

A estimulação precoce na educação infantil deve ocorrer preferencialmente no período de zero a três anos, por ser este o período que possibilita melhor desenvolvimento e maior resposta aos estímulos dados às crianças. (BRASIL, 1995).

Para Mendes (2010, p. 47 e 48),

Os primeiros anos de vida de uma criança têm sido considerados cada vez mais importantes. Os três primeiros anos, por exemplo, são críticos para o desenvolvimento da inteligência, da personalidade, da linguagem, da socialização etc. A aceleração do desenvolvimento cerebral durante o primeiro ano de vida é mais rápida e mais extensiva do que qualquer outra etapa da vida, sendo que o tamanho do cérebro praticamente triplica neste período. Entretanto, o desenvolvimento do cérebro é muito mais vulnerável nessa etapa e pode ser afetada por fatores nutricionais, pela qualidade da interação, do cuidado e da estimulação proporcionada à criança.

Para orientar os professores da educação infantil o MEC, através da Coleção Saberes e Práticas de Inclusão (BRASIL, 2006), sugere ações voltadas para o público-alvo da educação especial. A coleção é composta por oito volumes e discorre sobre: as dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento; as dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência física, surdo-cegueira/múltipla, deficiência sensorial, surdez e deficiência visual; e altas habilidades/superdotação. A importância desta coleção está no fato de que é necessário que os profissionais conheçam e, portanto, reconheçam em seus alunos possíveis necessidades educacionais especiais, para que, através de uma prática pedagógica voltada para atitudes inclusivas, possam promover estratégias de aprendizagens em que todo o grupo possa ser beneficiado.

Quanto à proposta de adequação do currículo para a educação infantil, a coleção prevê (volume 1- introdução) que:

Que o currículo e os objetivos gerais são os mesmos para alunos com necessidades educacionais especiais não requerendo um currículo especial, mas sim ajustes e modificações, envolvendo alguns objetivos específicos, conteúdos, procedimentos didáticos e metodológicos que propiciem o avanço no processo de aprendizagem desses alunos. (BRASIL, 2006, p. 17).

Além disso, é necessário considerar que não apenas os profissionais que compõem a sala de aula, mas também toda a instituição escolar deve estar disposta a acolher a diversidade, de forma que os “processos de inclusão possam garantir a permanência e o sucesso do aluno.” (MENDES, 2010, p. 76).

Diante do exposto, faz-se necessário que os profissionais conheçam as orientações e finalidades do programa de estimulação precoce para que possam se preparar, atuar e exigir dos governantes o cumprimento das condições de acesso e permanência (com qualidade) das crianças que necessitam da estimulação precoce em contexto escolar. Percebe-se então a importância da formação desse profissional, dada a importância da estimulação precoce. As Diretrizes recomendam que toda a população infantil participe dos programas de estimulação precoce, pois situações que envolvem educação e cuidados, e integram aspectos físicos, emocionais afetivos, cognitivos/linguísticos e sociais da criança são muito importantes. (BRASIL, 1995).

Assim, é importante que o cotidiano escolar, propicie as crianças brincadeiras, interação uns com os outros e com os adultos, para que alcancem o desenvolvimento

integral. Atividades relacionadas à linguagem e à comunicação, brincadeiras que possibilitem aprendizagens e jogos de movimento para o trabalho voltado para a psicomotricidade são parte do programa de estimulação precoce, e, por isso possibilitam às crianças a socialização e o início da autonomia.

Os estímulos devem acontecer logo nos primeiros meses, portanto, é indispensável a urgência na identificação precoce de possíveis deficiências, seguida de orientações junto à família sobre quais intervenções devem ser realizadas, a fim de que possam potencializar o crescimento, a maturação social e a ampliação linguística das crianças em tempo de estimulação precoce (zero a três anos de idade), segundo Perin (2010, p. 12),

Do nascimento até os três anos, o desenvolvimento neuronal atinge seu nível máximo; a partir dos três anos começa a decrescer até sua total eliminação aos seis anos de idade, quando já estão formadas as interconexões neuronais, fazendo que os mecanismos de aprendizagem sejam parecidos aos de uma pessoa adulta.

Nas atividades de estimulação precoce tem-se uma equipe multidisciplinar formada por professor, com formação em psicologia, pedagogia ou em educação física; psicólogo; fonoaudiólogo; assistente social; terapeuta ocupacional; médicos (pediatra, otorrinolaringologista, oftalmologista, neurologista, fisiatra). Este estudo interessa-se particularmente pelo papel do professor, que é denominado de professor ou educador precoce ou estimulador precoce, termo este utilizado por alguns autores tais como: Ulsenheimer; Grave (2009) e Perin (2010). A propósito deste trabalho adotar-se-á a expressão professor estimulador precoce.

Sabe-se que nem todas as cidades terão uma equipe formada pelos profissionais já citados. Pode-se criar equipes regionais ou estaduais. O professor estimulador precoce pode desenvolver funções atribuídas a outro profissional desde que além de ter formação para trabalhar nas séries iniciais, seja supervisionado por uma equipe composta pelos vários outros profissionais (BRASIL, 1995).

Cada membro da equipe tem atribuições específicas, embora algumas sejam comuns a todos e algumas somente ao professor. São essas as atribuições comuns a todos: participar dos processos de triagem e avaliação, participar das ações de intervenção de modo ativo, elaborar relatórios individuais para serem compartilhado com outros especialistas, dar respostas às famílias, participar de reuniões com a equipe. O professor estimulador precoce tem como funções: avaliar as oportunidades educacionais vivenciadas junto à família, avaliar o desenvolvimento psicoeducacional relacionando-o à frequência da criança em berçários,

creches etc., avaliar a criança nos aspectos referentes aos cuidados oferecidos pela família, propor para a equipe métodos, técnicas e estratégias referentes aos conteúdos do currículo de estimulação precoce, elaborar planos individuais de intervenção, incentivar as famílias a utilizarem recursos recreativos como parques e jardins, além de incentivar a participação da família no processo educacional da sua criança (BRASIL, 1995).

Portanto, o papel do professor estimulador precoce é importante, porque ele, acompanhado por outros profissionais, tem a responsabilidade de potencializar o desenvolvimento intelectual, físico e afetivo das crianças em idade de estimulação precoce. E como a estimulação precoce deve ser oferecida preferencialmente em classes regulares de educação infantil, o professor deve observar também as orientações do RCNEI segundo o qual o professor deve criar “situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal.” (BRASIL, 1998, p. 23). A aquisição de brinquedos e *playgrounds* para as crianças é uma estratégia de implementação para as crianças da educação infantil.

Conforme o referido documento as crianças, até o término da educação infantil devem descobrir e conhecer progressivamente seu corpo tendo uma imagem positiva de si; adquirir e valorizar hábitos de cuidado com seu corpo, com a sua própria saúde e com seu bem estar; estabelecer vínculos afetivos com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e comunicação social e atitudes de ajuda e colaboração; observar e explorar o ambiente, brincar, expressar emoções, sentimentos, pensamentos, necessidades e desejos, além de conhecer e valorizar as manifestações culturais (BRASIL, 1998).

Autores como Nóvoa (1997), Shön (1997) e Zeinhner (1993) foram destacados por Mendes (2010) por acreditarem que a qualificação profissional na estimulação precoce é importante para que se desenvolvam ao máximo as capacidades das crianças com ou sem deficiência. Portanto, são importantes a formação inicial e a renovação das práticas do profissional que acompanhará as crianças atendidas pelo programa, além das constantes reflexões para que planeje ações significativas e educativas voltadas para o melhor desenvolvimento das crianças das instituições de educação infantil. Os saberes, os valores e as atitudes necessários à maneira de atender e lidar com a diversidade em sala de aula, além da formação continuada, estão também em conformidade com o artigo 59 da LDB 9394/96, que prevê a necessidade de professores capacitados para atender às necessidades de todos.

As Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce sugerem que cada Secretaria de Educação, municipal ou estadual, planeje suas ações levando em consideração a

quantidade de alunos que já participam do programa e a possibilidade de expansão dessa participação, que tracem objetivos a serem alcançados e que assegurem a aquisição de recursos necessários ao alcance das metas estabelecidas.

Para isso, as Secretarias de Educação precisam levantar dados referentes à quantidade de crianças que são público-alvo da educação inclusiva e listar hospitais e serviços que possam oferecer suporte às famílias para a avaliação médica. É imprescindível que se haja professores qualificados e dispostos a realizarem atividades junto às crianças inseridas no programa. É necessário observar o mobiliário, os materiais e as condições de acesso às instituições. Tudo isso é importante para que o atendimento possibilite o melhor desenvolvimento das crianças.

Dessa forma, são estabelecidos os objetivos a serem alcançados, especificadas as atividades a serem desenvolvidas nos processos de avaliação e de intervenção, designado o pessoal técnico e definidas suas funções, e estabelecida a interligação com as áreas de educação, assistência social, saúde, incluindo alimentação. (BRASIL, 1995, p.18).

Uma vez observados esses aspectos, a implantação dos programas de estimulação precoce pode ocorrer em vários locais como: berçários, creches, escolas de educação infantil, unidades hospitalares, clínicas psicológicas, psicopedagógicas, fonoaudiológicas etc.

As atividades de intervenção que serão realizadas junto às crianças visam o progresso delas em diferentes áreas: na área física: alimentar, controlar os esfíncteres etc.; na área motora: arrastar engatinhar etc.; na área cognitiva: identificar objetos e pessoas familiares etc.; na área sensório-perceptivo: diferenciar quente e frio etc.; na linguagem: nomear objetos e partes do corpo etc.; na área sócio-afetiva: chorar ou sorrir espontaneamente.

Para que os programas obtenham, os serviços, as normas e os procedimentos que norteiem as suas atividades devem considerar as necessidades regionais. Além disso, todas as atividades de intervenção previstas dentro do programa de estimulação precoce são voltadas para auxiliar o progresso das crianças e assim possibilitar o seu pleno e melhor desenvolvimento para que ela, dentro de suas especificidades, possa crescer autonomamente e feliz.

#### **4 METODOLOGIA**

Entendendo que o programa de estimulação precoce desde 1995 está previsto por lei e possui especificidades que envolvem diretamente a escola e o professor, inquietou-nos em

saber que tipo de intervenções e pesquisas sobre a estimulação precoce foram sendo realizadas após a publicação das Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce.

Para tal, recorreu-se à pesquisa bibliométrica que, segundo Francisco (2011) trata-se de técnicas quantitativas de analisar produções científicas, tendo como principal objetivo analisar a produção científica relacionado com o tema proposto, disseminação e uso de informações registradas com o emprego de métodos matemáticos e estatísticos, assim como pesquisa bibliográfica pois procurou analisar qualitativamente as pesquisas desenvolvidas em cada um dos artigos encontrados.

Neste sentido, optou-se pela pesquisa em periódicos, escolhendo o portal do Scielo (Scientific Electronic Library Online), onde foram utilizados como palavras geradoras os termos: “estimulação essencial”, tendo encontrado 1 artigo; “estimulação precoce” com 6 artigos e “intervenção precoce” com 29 publicações. Depois de examinar os resumos e verificar se o material encontrado tinha relevância para o trabalho, o número de artigos para uma leitura aprofundada e objetiva foram selecionados: 1, 5 e 7 respectivamente uma vez que atendiam às especificidades de inclusão que consistia em ter as Diretrizes do MEC como base para as pesquisas. Após a leitura cuidadosa de cada um dos 13 artigos selecionados, procedeu-se à uma análise mais qualitativa dos dados obtidos.

Verificou-se também que a partir das palavras geradoras emergiram artigos que abordavam o tema com foco em alguma especificidade, principalmente, para o termo “intervenção precoce”. Abordavam o tema da intervenção precoce ligados a algumas especificidades: deficiência visual, autismo, esquizofrenia, alcoolismo etc. alguns foram descartados por não comporem objeto de estudo do presente trabalho.

Além disso, o artigo de Rodrigues (2012) aparece simultaneamente nas seguintes palavras geradoras: “intervenção precoce” e “estimulação essencial”, enquanto que Silva; Aiello (2012) em “intervenção precoce” e “estimulação precoce”. Iremos discorrer os resultados das duas pesquisas propostas de forma objetiva facilitando assim a compreensão do debate aqui proposto.

## **5 RESULTADOS/DISCUSSÃO E ANÁLISES**

A opção metodológica definida para apresentar os dados coletados foi primeiramente dispor as informações em quadros onde estão estruturados os dados bibliométricos obtidos a partir da pesquisa: nome do autor, o título do artigo, a revista onde este foi publicado e em seguida o ano de publicação. Para a análise dos dados foi montado

um banco de dados contendo as seguintes características de todas as publicações: título, nome dos autores, quantidade de autores por publicação, ano de publicação, temas de interesses, instituições vinculadas pelos autores, objetivos da pesquisa, considerações finais e conclusões, tendo sido observados também aspectos metodológicos das publicações. Por fim os dados coletados foram analisados, a fim de detectar o percentual necessário de cada item analisado, servindo de suporte para identificar os resultados esperados, e auxiliar nas conclusões finais.

A análise dos dados obtidos a partir da leitura será apresentada em ordem decrescente dos anos de publicação onde também em forma de diálogo entre os autores serão entrecruzadas as informações.

Ao se ater aos anos de publicação dos artigos sobre estimulação precoce, verificou-se que se transcorreram oito anos entre a publicação das Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce (1995) e o primeiro artigo publicado (2003). Este dado chama a atenção para o longo período de concretização e divulgação em revista das ações realizadas. Para que a compreensão seja maior a releitura dos artigos será apresentada por ano para que possamos perceber os avanços, novas diretrizes e ações realizadas em contexto escolar.

Quadro 1 – Distribuição das produções e periódicos selecionados no período de 2003 a 2016

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Revista</b>	<b>Ano</b>
<b>Maria Augusta Bolsanello</b>	Concepções sobre os procedimentos de intervenção e avaliação de profissionais em estimulação precoce	Educar	2003
<b>Cibelle Kayenne Formiga</b>	Eficácia de um programa de intervenção precoce com bebês pré-termo	Paidéia	2004
<b>Martinez, Joaquim, Oliveira e Santos</b>	Suporte informacional como elemento para orientação de pais de pré-termo: um guia para o serviço de acompanhamento do desenvolvimento no primeiro ano de vida	Revista Brasileira de Fisioterapia	2007

<b>Carla Meira Kreutz</b> <b>Cleonice Alves Bosa</b>	Intervenção precoce na comunicação pais-bebê com deficiência visual	Estudos de Psicologia	2009
<b>Joaquim Ramalho</b> <b>Célia Silva</b> <b>Cláudia Cruz</b>	Intervenção precoce na epilepsia	Revista Brasileira de Educação Especial	2009
<b>Patrícia Roberto de Meireles Graça</b> <b>Maria de La Salette da Cunha Teixeira</b> <b>Sônia Cristiana Gonçalves Lopes</b> <b>Ana Maria da Silva Pereira</b> <b>Henriques Serrano</b> <b>Adriano Rockland Siqueira Campos</b>	O momento da avaliação na intervenção precoce: o envolvimento da família estudo das qualidades psicométricas do asq-2 dos 30 aos 60 meses	Revista Brasileira de Educação Especial	2010
<b>Nancy Apretz Batista da Silva</b> <b>Ana Lúcia Rossito Aiello</b>	Ensinando o pai a brincar com seu bebê com síndrome de down	Educar em revista	2012
<b>Fernanda Travassos Rodriguez</b> <b>Terezinha Féres Carneiro</b>	Os bebês com síndrome de down e seus pais: novas propostas para intervenção	Estudos de psicologia	2012
<b>Vítor Franco</b> <b>Madalena Melo</b> <b>Ana Apolônio</b>	Problemas do desenvolvimento infantil e intervenção precoce	Educar em revista	2012
<b>Carolina Santos Soejima</b> <b>Maria Augusta Bolsanello</b>	Programa de intervenção e atenção precoce com bebês na Educação Infantil	Educar em revista	2012
<b>Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues</b>	Escalas de desenvolvimento infantil e o uso com bebês	Educar em revista	2012
<b>Mariana Rodrigues Flores</b> <b>Luciane Najar Smeha</b>	Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico	Ágora	2013

<b>Vitor Franco</b>	Tornar-se pai/mãe de uma criança com transtornos graves do desenvolvimento	Educar em Revista	2016
---------------------	--	-------------------	------

Em busca de compreender os objetivos, o tipo de pesquisa e os principais resultados de cada uma destas pesquisas, optou-se por apresentar em forma de um quadro estruturado com a síntese de cada artigo.

<b>AUTOR(ES)</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>METODOLOGIA/ AMOSTRA</b>	<b>CONSIDERAÇÕES/ CONCLUSÃO</b>
BOLSANELLO, M. A. (2003) Psicóloga e Professora do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná	Investigar as concepções dos profissionais de estimulação precoce tanto em relação aos procedimentos de intervenção e avaliação – realizados junto às crianças no atendimento –, quanto em relação ao seu desempenho profissional.	Pesquisa Qualitativa/ Entrevistas (fisioterapeutas, professores, fonoaudiólogos e psicólogos).	Conforme orienta a Diretriz, ocorre a elaboração do plano individual de intervenção e avaliação da criança, porém a família não foi consultada nem envolvida no plano e as intervenções profissionais são mecanicistas e isoladas uma vez que não ocorreu o envolvimento dos profissionais da equipe multidisciplinar. Sugere pesquisas e melhor qualificação dos profissionais.
FORMIGA, C. K. (2004) Fisioterapeuta Professora na Universidade	Avaliar a eficácia de um programa de intervenção precoce, com e sem treinamento das mães, no desenvolvimento de	Pesquisa Experimental (Grupo Controle Grupo (GC) Grupo	É imprescindível que os programas sejam iniciados antes dos 4 meses de vida. A participação das mães é eficaz na implementação de programas de intervenção precoce com bebês pré-

Estadual de Goiás	bebês pré-termo.	Experimental(GE)) em 8 bebês e suas respectivas mães.	termo. Os bebês do GE obtiveram maior evolução dos comportamentos avaliados em relação ao GC. Sugestão de que o seu estudo possa orientar as práticas em escolas de educação infantil.
MARTINEZ, C.; JOAQUIM, R.; OLIVEIRA, E.; & SANTOS, I. (2007) Departamento de Terapia Ocupacional, Universidade Federal de São Carlo	Elaborar um guia de orientação e acompanhamento do desenvolvimento no primeiro ano de vida para pais que frequentam um serviço de acompanhamento do desenvolvimento de bebês.	Pesquisa Qualitativa (observação direta e entrevista em mães).	Destacam a importância do toque materno e de produzir e ofertar recursos educativos e terapêuticos que potencializem ações nos serviços de acompanhamento do desenvolvimento de bebês de risco, especialmente as ações de orientação aos pais.
KREUTZ & BOSA (2009) Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Universidade e Universidade Luterana do Brasil, Curso	Revisar a produção científica na área de intervenção precoce com pais e bebês que apresentam deficiência visual congênita.	Pesquisa Bibliográfica	Salienta os poucos estudos realizados na área e orienta a realização de estudos longitudinais com crianças; Destaca a importância da estimulação precoce em crianças com comprometimento visual e estrito relacionamento entre lactante e os bebês; enfatizando também a importância de iniciar o programa precocemente,

de Psicologia.			antes dos três anos de idade.
RAMALHO; SILVA; CRUZ, (2009) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Fernando Pessoa - Porto - Portugal	Compreender o funcionamento do programa de intervenção para a criança com epilepsia tendo como base programas educativos individuais que focam o nível de realização atual da criança, assim como a avaliação e posterior intervenção assumindo a família e a escola papéis primordiais no desenvolvimento das crianças com esta perturbação.	Pesquisa Bibliográfica	Sugerem a existência de uma equipe multifuncional dentro da escola para acompanhar o desenvolvimento das crianças e que detecte precocemente situações de risco, atrasos de desenvolvimento ou deficiência; propõem o plano individual de intervenção como sendo fundamental pois leva em consideração o currículo específico para a criança e a participação da família nos processos educacionais.
GRAÇA; TEIXEIRA; LOPES, SERRANO & CAMPOS (2010) Área de conhecimento em Educação	Verificar a eficácia do questionário ASQ-2 em crianças dos 30 aos 60 meses em envolver os pais desde o primeiro momento do processo em intervenção precoce	Relato de Pesquisa Quantitativa de Validação do Questionário ASQ 2 (127 famílias de Braga Portugal).	O questionário apresenta correlações significativas para todas as áreas de desenvolvimento e eficácia em seu uso junto à família. Consideram a família como parte essencial da estimulação precoce.

<p>Especial, na Universidade do Minho – Portugal</p>			
<p>SILVA, &amp; AIELLO (2012)  Universidade Federal de São Carlos – Departamento de Psicologia.</p>	<p>Avaliar se uma intervenção direcionada ao pai altera seus padrões de interações com seu bebê com síndrome de Down em situações de brincadeira.</p>	<p>Pesquisa Experimental. Uso de Protocolo de Categorias de Análise das interações observadas em 5 Filmagens (2 antes da intervenção, 1 durante, 1 após e 1 de follow-up.</p>	<p>O papel do pai influencia ativamente o desenvolvimento da criança com Síndrome de Down. As mães, que não passaram pelo treino, não tiveram os mesmos ganhos. As crianças também passaram a exibir mais comportamentos positivos em interação. É possível envolver o pai nos programas de intervenção precoce visando ao melhor desenvolvimento de bebês com atraso.</p>
<p>TRAVASSOS RODRIGUES &amp; FÉRES CARNEIRO (2012).  PUC Rio – Departamento de Psicologia.</p>	<p>Estudar as concepções de pais e de profissionais sobre a comunicação do diagnóstico da síndrome de Down (SD) nas maternidades, bem como avaliar o dispositivo de estimulação precoce.</p>	<p>Pesquisa Qualitativa com análise do conteúdo das entrevista (pais e profissionais)</p>	<p>Os pais sentem-se pouco acolhidos e incluídos nas maternidades e nos procedimentos de estimulação dos filhos. Os profissionais dos centros obstétricos e os terapeutas que realizam a estimulação precoce do bebê, em geral, não consideram os aspectos relacionais entre os membros do conjunto pais-bebê- profissionais como parte do</p>

			próprio trabalho. O momento da notícia sobre a SD do filho é o momento mais difícil para os pais ou familiares e deveria ser melhor ministrado.
FRANCO, MELO & APOLÓNIO (2012) Psicologia Universidade de Aveiro - Portugal Departamento de Psicologia e Ciências da Educação.	Desenvolver práticas e instrumentos que permitam uma melhor elegibilidade dos casos de intervenção precoce e uma orientação técnica de intervenção mais focada nas efetivas necessidades da criança, da família e do contexto.	Pesquisa Quantitativa (1.169 crianças em risco ou com problemas de desenvolvimento. Aplicação do Questionário ODIP - Organização Diagnóstica em Intervenção Precoce .	Define estimulação precoce como prática multidisciplinar que visa ultrapassar os modelos de estimulação precoce. Principais problemas de desenvolvimento são as Perturbações do desenvolvimento tais como: na fala, linguagem e comunicação. A negligência, os fatores de exclusão e as perturbações do funcionamento familiar são perturbações do contexto observadas.
SOEJIMA & BOLSANELLO (2012) Faculdade Metropolitana	Verificar se um programa de intervenção precoce tem efeitos positivos sobre o desenvolvimento	Pesquisa Quantitativa e de Intervenção-Ação. Uso da Escalas Bayley II em 63 crianças de 0 aos 3	Ocorreu progressão significativa no desenvolvimento das crianças que apresentaram defasagem e participaram de um programa de intervenção precoce. É viável a atenção precoce nas creches públicas. As defasagens no

de Blumenau e Universidade Federal do Paraná	(motor e mental) de crianças entre um e três anos de idade que permaneciam em tempo integral na creche pública e apresentavam defasagem no desenvolvimento.	anos de um Centro de Educação Infantil Público e Aplicação de um Programa de Intervenção Precoce.	desenvolvimento infantil poderiam ser prevenidas, trabalhadas e superadas, evitando futuras deficiências ou transtornos do desenvolvimento. A necessidade de se fomentar contextos (escola, família e comunidade) sensíveis às necessidades e capacidades da criança em cada momento de seu desenvolvimento.
RODRIGUES, O. (2012)  Professora Livre-Docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (UNESP)	Descrever as escalas (testes ou inventários) comumente utilizadas para a avaliação do desenvolvimento de bebês; Analisar estudos realizados a partir do final da década de 90 que tiveram em conta os teste e inventários; Identificar profissionais da saúde que têm feito uso deles, a partir dos artigos publicados.	Pesquisa Bibliométrica, descritiva	É importante a avaliação de bebês como fonte de informação que subsidia tomadas de decisão acerca da elaboração de programas de intervenção precoce ou essencial. São escassos os instrumentos padronizados para a população infantil brasileira. As escalas mais utilizadas pelos pesquisadores são as Escalas Bayley e o Teste de Denver II, concomitantemente, para avaliar os efeitos da prematuridade.
FLORES, L.& SMEHA, L. (2013)	Possibilidade de	Pesquisa	Os profissionais não estão preparados para a detecção dos sinais de risco, o que não possibilita a intervenção

Professoras da PUCRS e do Centro Universitário Franciscano (Unifra), Santa Maria/RS.	detecção do risco e da intervenção precoce do autismo na visão dos médicos.	Qualitativa, entrevista (7 pediatras e 3 neuropediatras) seguida de Análise de Conteúdo	precoce. É necessário, portanto, trabalhar com esses profissionais para indicá-los os sinais de risco de autismo.
FRANCO, V. (2016) Departamento de Psicologia da Universidade de Évora - Portugal	Discorrer a partir de uma perspectiva desenvolvimental os desafios da construção de vínculos entre pai/mãe e filho com transtorno do desenvolvimento.	Pesquisa Bibliográfica	Os programas de intervenção precoce devem dar importância aos aspectos emocionais envolvidos no processo de adaptação e adaptação junto à deficiência do filho, a fim de construir uma parentalidade saudável. É preciso re-significar o processo de ser pai/mãe de uma criança com um transtorno do desenvolvimento.

## 6 CONCLUSÕES

Ao finalizar essa reflexão sobre o processo de inclusão das crianças público-alvo da estimulação precoce na educação especial integrada à educação infantil, percebe-se a importância da família nesse processo. E mesmo que alguns profissionais referidos nos artigos discutidos, não se sentissem capacitados para orientar os pais das crianças que fazem parte do programa de estimulação precoce, percebe-se que o ambiente domiciliar, é o primeiro em que deve ocorrer a inclusão, porque em casa, que as crianças precisam se sentirem amadas e respeitadas. Assim, julga-se importante o toque materno oferecido aos bebês prematuros, e a medida que crescem o apoio e entrosamento dos pais com as crianças, para que elas se sintam acolhidas e cuidadas pela família.

Aliadas as ações e práticas vivenciadas pela família, tem-se a importância do acesso e permanência no ambiente escolar. Através das intervenções realizadas pelo professor

estimulador precoce e pela interação e socialização entre crianças com e sem deficiência, o seu desenvolvimento poderá ocorrer efetivamente. Diante disso, na educação infantil, devem prevalecer práticas como brincar, imaginar, experimentar, dialogar, para que as aprendizagens sejam efetivadas nas relações e vivências e que promovam o desenvolvimento de todas as crianças atendidas, pois é “fundamental assegurar às crianças com deficiência o acesso à educação infantil inclusiva” (BRASIL, 2015).

Contudo, percebe-se que dos 13 artigos estudados, 11 priorizou a área da saúde. Apenas dois trazem orientações para os estudos realizados sejam estendidas as escolas. Diante disso, percebe-se que há poucas pesquisas realizadas pelos professores e/ou profissionais que se envolvem diretamente com esse público dentro das escolas de educação infantil. É então perceptível que é preciso garantir formação inicial e continuada para os profissionais que atendem crianças de zero a três anos de idade, que lhes capacitem para que possam fazer parte das equipes multidisciplinares de intervenção para a estimulação precoce. Dessa formação faz parte saber identificar e selecionar os recursos voltados para a acessibilidade e tecnologia assistiva, produzir e adequar materiais e brinquedos. Além disso, devem estar preparados para orientar as famílias quanto ao atendimento destinado à criança (TARTUCI; CANUTO; XIMENIS, 2015). As escolas que atendem esse público precisam se conscientizar da importância e da implementação do programa, para oferecer aos alunos situações de aprendizagem e interação para que se desenvolvam dentro de suas potencialidades.

Aliado a isso, para ter-se uma educação infantil inclusiva e de qualidade, é necessário que as secretarias de educação de cada estado e município, obedecendo às orientações do MEC sobre estimulação precoce, criem programas que articulem práticas e cuidados para as crianças da faixa etária atendida pela estimulação precoce. Somente assim haverá a institucionalização do programa e a sua inserção no Projeto Político Pedagógico (PPP) das creches e pré-escolas, que deve prever o AEE (Atendimento Educacional Especializado) e outros serviços que garantam a educação especial.

Diante das discussões realizadas, percebe-se que a estimulação precoce é indispensável dentro das instituições de educação infantil, primeira etapa da educação básica e, portanto, porta de entrada das crianças para a escola. Sendo, assim, a base para o desenvolvimento e permanência da criança. E mesmo que parte dos artigos analisados suscitem a importância da estimulação precoce voltados para a área da saúde em detrimento da educação, é necessário que as crianças sejam inseridas nos programas precocemente, para

que os profissionais envolvidos possam trazer as orientações necessárias a família e posteriormente as escolas.

Para finalizar, faz-se importante lembrar que o segundo artigo da LDB diz que “a educação é dever da família e do Estado (...) e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1996), referindo-se também se refere aos educandos público alvo da educação especial. Diante disso, as instituições de educação infantil, em concordância com as Diretrizes Educacionais Sobre Estimulação Precoce, devem atender a todos, com ou sem deficiência, além de primar por uma educação: inclusiva, de qualidade e para todos, que é o que todos os profissionais comprometidos com a educação desejam.

### REFERÊNCIAS

BOLSANELLO, Maria Augusta. Concepções sobre os procedimentos de intervenção e avaliação de profissionais em estimulação precoce. *Revista Educar*, Curitiba, n. 22, p. 343-355, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n22/n22a14.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

BRASIL. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRASIL. Diretrizes educacionais sobre estimulação precoce: o portador de necessidades educativas especiais. Secretaria de Educação Especial – Brasília: MEC, SEESP, 1995.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=9769-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9769-)

[diretrizescurriculares-2012&category\\_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192](#)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Nota Técnica Conjunta nº 02/2015/MEC/SECA/DPEE – SEB/DICEI, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Estratégias e Orientações para a Educação de Crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: MEC, 2006.

FLORES, Mariana Rodrigues; SMEHA, Luciane. Bebês com risco de autismo: o não-olhar do médico. Revista *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 16, número especial, p. 141-157, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/agora/v16nspe/10.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

FORMIGA, Cibelle Kayenne. Eficácia de um programa de intervenção precoce com bebês pré-termo. *Revista Paidéia*, Goiânia, p. 301-311, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n29/06.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

FRANCO, Vitor. Tornar-se pai/mãe de uma criança com transtornos graves do desenvolvimento. *Educar em revista*, Curitiba, n. 59, p. 35-48, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n59/1984-0411-er-59-00035.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

FRANCO, Vitor; MELO, Madalena; APOLÓNIO, Ana. Problemas do desenvolvimento infantil e intervenção precoce. *Educar em revista*, Curitiba, n.43, p. 49-64, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n43/n43a05.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAÇA, Patrícia Roberto de Meireles; LOPES, Sônia Cristiana Gonçalves; SERRANO, Ana Maria da Silva Pereira Henriques; CAMPOS, Adriano Rockland Siqueira. O momento da avaliação na intervenção precoce: o envolvimento da família estudo das qualidades psicométricas do asq-2 dos 30 aos 60 meses. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v.16, n. 2, p. 177-196, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n2/a03v16n2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

KREUTZ, Carla Meira; BOSA, Cleonice Alves. Intervenção precoce na comunicação pais-bebê com deficiência visual. *Estudos de Psicologia*, 2009. <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n2/a03v16n2.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

Martinez CMS; Joaquim RHVT; Oliveira EB; Santos IC. Suporte informacional como elemento para orientação de pais de pré-termo: um guia para o serviço de acompanhamento do desenvolvimento no primeiro ano de vida. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 2007. <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n2/a03v16n2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação no Brasil. *Revista Educación y Pedagogia*, v. 22, n. 57, mayo-agosto, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/HP/Downloads/9842-28490-2-PB.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2010.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PERIN, Andréa Eugênia. Estimulação Precoce: sinais de alerta e benefícios para o desenvolvimento. Revista de Educação do Ideau, v. 5, 2010. Disponível em: <[http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/161\\_1.pdf](http://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/161_1.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PEREIRA, L. C. L.; GRAVE, M. Q. Encaminhamento de crianças com necessidades educacionais especiais em idade de estimulação precoce a escolas de Educação Infantil de um município de médio porte do Vale dos Sinos. Revista de Educação Especial, Santa Maria, v. 25, n. 42, p. 101-114, jan./abr. 2012. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em 15 out. 2015.

RAMALHO, Joaquim; SILVA, Célia; CRUZ, Cláudia. Intervenção precoce na epilepsia. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 15, n. 3, p. 359-368, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v15n3/a02v15n3.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolin. Escalas de desenvolvimento infantil e o uso com bebês. Educar em revista, Curitiba, n. 43, p.81-100, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n43/n43a07.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

RODRIGUEZ, Fernanda Travassos; CARNEIRO Terezinha Féres. Os bebês com síndrome de down e seus pais: novas propostas para intervenção. Estudos de psicologia, Campinas, p. 832-849, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v29s1/19.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SILVA, Nancy Apretz Batista da; AIELLO, Ana Lúcia Rossito. Ensinando o pai a brincar com seu bebê com síndrome de down. Educar em revista, Curitiba, n. 43, p. 101-116, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n43/n43a08.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

SOEJIMA, Carolina Santos; BOLSANELLO, Maria Augusta. Programa de intervenção e atenção precoce com bebês na Educação Infantil. *Educar em revista*, Curitiba, n. 43, p. 65-79, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n43/n43a06.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

TARTUCI, Dulcéria; CANUTO, Mônica; XIMENIS, Priscilla. Estimulação precoce e o atendimento de crianças na educação infantil. APOSTILA. Catalão, GO: UFG/AEE, 2015.

ULSENHEIMER, Janaine; GRAVE, Magali. Perfil profissional do estimulador precoce nas APAE's dos Vales do Taquari e Rio Pardo. *Revista Destaques Acadêmicos*, ano 1, n. 3, 2009. Disponível em: <[www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/download/33/31](http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/download/33/31)>. 02 nov. 2015.